vinetur

Viticultores franceses pedem ao Governo que suspenda a revisão do combate às doenças da vinha

A proposta de privilegiar a contenção da flavescence dorée pode enfraquecer a vigilância, propagar infeções e aumentar os custos dos tratamentos, alertam viticultores franceses

terça-feira, 3 de novembro de 2026



Os viticultores independentes franceses estão a pressionar o Governo para que suspenda a revisão prevista do sistema obrigatório de combate à flavescence dorée, uma doença da videira, alegando que as alterações propostas podem enfraquecer a prevenção e aumentar os custos em todo o setor vitivinícola.

Numa declaração publicada na segunda-feira, 2 de novembro, a delegação do Centre-Val de Loire da Vignerons Indépendants afirmou que procura garantias quanto às alterações em análise às regras de combate à doença. O grupo afirmou que uma revisão apresentada pelo Ministério da Agricultura daria mais ênfase à contenção dos focos do que à sua erradicação, incluindo em zonas onde esta continua a ser considerada possível.

A organização afirmou recear que esta abordagem reduza a eficácia da vigilância coletiva e aumente o risco de propagação da doença. Alertou também para um possível aumento da utilização de inseticidas e para a transferência dos custos para os viticultores. Estas preocupações vão além da gestão das explorações. Qualquer enfraquecimento da vigilância da doença ou aumento das necessidades de tratamento pode afetar os rendimentos das vinhas, os custos de produção e a oferta de uvas a longo prazo, com consequências para o conjunto da indústria das bebidas.

A declaração refere que o assunto já tinha sido levantado pela direção da Vignerons Indépendants de France numa reunião em Paris, a 21 de outubro. Acrescenta que, em seguida, foi definida uma posição comum com as organizações do setor vitivinícola reunidas no âmbito da FMSE, um fundo mutualista que indemniza os viticultores pelo arranque obrigatório de videiras associado à flavescence dorée.

Segundo o grupo, foi enviada uma carta ao ministro da Agricultura a 30 de outubro, solicitando a suspensão do calendário de adoção da reforma e a abertura de uma consulta nacional. Os viticultores afirmaram que querem manter a erradicação como princípio orientador do combate à doença, juntamente com um compromisso duradouro do Estado com a vigilância e a proteção das vinhas.

A divergência centra-se na forma como França deve gerir uma ameaça fitossanitária que já exige uma ação coordenada. Ao abrigo do quadro atual, os viticultores podem estar sujeitos a obrigações de vigilância e de remoção das videiras infetadas. A

preocupação dos viticultores é que, se o Estado der mais ênfase à contenção em zonas onde a erradicação continua a ser possível, as infeções se tornem mais difíceis e dispendiosas de controlar ao longo do tempo.

A declaração de origem não apresentou detalhes do projeto integral do Ministério nem indicou quando estava prevista a adoção da reforma. Deixou, contudo, claro que as organizações envolvidas querem atrasar o processo antes de serem aprovadas quaisquer novas regras.

Para os viticultores, a questão é também financeira. O papel da FMSE na indemnização pelo arranque obrigatório mostra que a política de combate à doença pode afetar diretamente a repartição das perdas entre o sistema público e os produtores. Caso os focos se propagassem mais amplamente, os viticultores afirmam que os encargos poderiam aumentar devido à necessidade de mais tratamentos, mais arranques de videiras ou perdas de produção mais abrangentes.

A declaração publicada pela federação regional não incluiu uma resposta do Ministério da Agricultura. As organizações que assinam a carta pedem agora um debate nacional mais alargado antes de o Governo alterar as regras que regem um dos controlos fitossanitários mais sensíveis das vinhas francesas.